



ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 156 - PRES/DG/SGP/COTEP

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, Resolução ANAC n. 400, de 13.12.2016, Resolução TSE n. 23.323/2010 e na Instrução Normativa – TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Termo de Referência para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas a este Tribunal.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do TRE-RO, nas quantidades abaixo:

Objeto	Medida	Quantidade	DESCONTO MÍNIMO (% com duas casas decimais)
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	250	%

2.2 O serviço se dará por meio de atendimento remoto (*sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone*).

2.3 A quantidade é estimada, não obrigando a administração à aquisição do total informado.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de



palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

3.2. Registre-se que a efetivação dos deslocamentos necessários às atividades do TRE-RO não se dá unicamente com a aquisição do bilhete aéreo. Trata-se, efetivamente, da prestação de um serviço que compreende a cotação, reserva, remarcação, cancelamento e outros serviços correlatos.

3.3. Da mesma forma, a suspensão do fornecimento de serviço de cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas no TRE-RO inviabilizaria o cumprimento de sua missão institucional. Ao contrário da justiça comum, a atividade fim da justiça eleitoral não se encerra na prestação jurisdicional, somando-se a essa o planejamento, a execução e a avaliação dos pleitos eleitorais, cuja complexidade demanda constantes deslocamentos de magistrados e servidores ao TSE e a outros regionais para reuniões preparatórias, participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de tecnologias, definição de estratégias, capacitação e elaboração de logística, por exemplo. Indubitavelmente, esse serviço reveste-se de natureza contínua na justiça eleitoral, haja vista o papel centralizador do Tribunal Superior Eleitoral, tanto na gestão orçamentária quanto na organização dos pleitos, o que demanda um intercâmbio ininterrupto com os regionais e sua descontinuidade teria o poder de inviabilizar a realização das eleições.

3.4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.4.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais e futuras relacionadas ao serviço, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

3.4.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

3.4.3. Adotar-se-á como valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;



Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

3.4.4. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

3.4.5. CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.5.1 De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do



material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

3.5.2 No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

3.5.3 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o **Princípio do Desenvolvimento Sustentável**, recentemente albergado no no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas **dimensões econômica, social, ambiental e cultural**, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

3.5.4 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública **poderá** exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

3.5.5 Em razão do objeto deste TR e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

4 - DO CERTAME LICITATÓRIO

4.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de



pregão, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO, obtido por meio do maior desconto, por item, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotado modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

4.2 DO AFASTAMENTO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.2.1 O valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame **não** terá destinação exclusiva para ME/EPP, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e Decreto n. 8.438/2015.

4.2.2 AS ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.

4.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.3.1 O julgamento das propostas será pelo maior desconto ofertado a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra, excluída a taxa de embarque.

4.3.2 Deverá ser observada, em quaisquer hipóteses, a exequibilidade das propostas, nos termos do artigo 44, § 3º, e artigo 48, II, da Lei n. 8.666/93.

4.4 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

4.4.1 Qualificação econômica-financeira: Além das demais exigidas no edital, comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando quaisquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1.

4.4.2 Habilitação técnica

4.4.2.1 Poderão participar do certame as agências de turismo Consolidadoras e Consolidadas, assim entendidas:



I - CONSOLIDADORAS: aquelas credenciadas pelas companhias aéreas e autorizadas, mediante Contrato de Fornecimento, a emitirem bilhetes de passagens aéreas e outras agências de turismo, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

II - CONSOLIDADAS: Aquelas autorizadas a receberem, mediante Contrato de Fornecimento, bilhetes de passagens aéreas das consolidadoras, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

4.4.2.2 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

I - Atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas que comprovem que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, os serviços compatíveis com o objeto da licitação.

II - Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 18 do Decreto n. 7.381/2010.

III - Tratando-se de agência de viagem consolidada, cópia do contrato assinado com a agência de viagem consolidadora (Acórdão TCU 112/07 – Plenário).

IV - Declaração do próprio licitante, sob as penas da lei, de que está autorizado a emitir e comercializar passagens/bilhetes, no mínimo, das companhias **GOL, TAM, AVIANCA, AZUL e RIMA**, esta última em razão da eventual necessidade de deslocamento de servidores na região amazônica.

V - Declaração do próprio licitante com a **descrição da estrutura de serviços exclusiva de agência de viagens**, indicando, no mínimo, endereço e telefone comercial, horário de atendimento, número de funcionários administrativos e de atendimento, e outras informações que garantam condições de operacionalidade, funcionamento e cumprimento da contratação a ser firmada.

VI - Ato de registro perante a *International Air Transport Association (IATA)*. Na hipótese de a licitante não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar registro da consolidadora ou declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.



5 - DO CONTRATO

5.1 REGRAS GERAIS

5.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

5.1.2 No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

5.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

5.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

5.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

5.1.6 A Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, no horário de 7h às 19h, considerando-se o fuso horário de Rondônia.

5.1.7 Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.

5.1.8 Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.



5.1.9 Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela contratada pelo e-mail cotep@tre-ro.jus.br.

5.1.10 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

5.1.11 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

5.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

5.2.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 12/05/2020.

6. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

UNIDADE	QTDE	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	DESCONTO MÍNIMO (% com duas casas decimais)	Valor líquido estimado R\$
Unidade	250	R\$ 381.565,86	%	

6.2. Por tratar-se de mera estimativa de gastos, o valor acima não constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro de contratação, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE-RO, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.



7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

7.1. A aquisição de passagens aéreas especificada no presente Termo de Referência está prevista no planejamento orçamentário do tribunal para o exercício de 2020, devendo a aquisição pleiteada ser custeada pelo orçamento ordinário conforme quadro abaixo:

Descrição	Plano Interno	Valor (R\$)
Passagens a magistrados e servidores para participação nos eventos da EJE-RO	AOSA ACOEDU	
Passagens áreas e terrestres a juízes em deslocamentos a serviço da JE-RO	AOSA PASSAG	
Passagens áreas e terrestres a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO	AOSA PASMEN	
Passagens aéreas para os servidores na realização dos cursos	ERO TREINA	
Passagens aéreas para os servidores na realização dos cursos	ERO TREEJE	
Passagens aéreas e terrestres aos servidores para suporte, fiscalização e organização das eleições (1º turno)	FUN PASSAG1	
Passagens aéreas e terrestres aos servidores para suporte, fiscalização e organização das eleições (2º turno)	FUN PASSAG2	
Passagens aéreas e terrestres aos membros para suporte, fiscalização e organização das eleições (1º turno)	FUN PASMEN1	
Passagens aéreas e terrestres aos membros para suporte, fiscalização e organização das eleições (2º turno)	FUN PASMEN2	
Concessão de passagens aos servidores para participação de reuniões na sede TRE-RO e no TSE (1º turno)	TRE REUNIA1	
Concessão de passagens aos servidores para participação de reuniões na sede TRE-RO e no TSE (2º turno)	TRE REUNIA2	
Concessão de passagens aos servidores para participação de treinamento na sede TRE-RO e no TSE	TRE TREINA	

8. FATURAMENTO

8.1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque.



8.2. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, reemissão, e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais.

8.3. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:

8.3.1. Número da requisição;

8.3.2. Nome do passageiro;

8.3.3. Companhia aérea;

8.3.4. Número do bilhete;

8.3.5. Valor da tarifa;

8.3.6. Bagagem despachada;

8.3.7. Desconto aplicado; e

8.3.8. Taxas aeroportuárias.

8.4. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.

8.5. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE.

8.6. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas para pagamento no 1º dia útil de cada mês.

8.7. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.

9. VALOR DA TARIFA

9.1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais.

9.2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim.

9.3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação.



9.4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

9.5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva deverá ser ressarcida à CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

9.6. O CONTRATADO repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE.

10.2. Findo o contrato, se existente crédito em favor do contratante que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional através de Guia de Recolhimento da União – GRU.

10.3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo acima estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, será glosado em fatura a ser liquidada.

10.4. Multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada, poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado.

10.5. Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens aéreas.

10.6. Pagar às companhias aéreas, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

10.7. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, no horário de 7h às 19h, considerando-se o fuso horário de Rondônia.

10.8. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de



expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.

10.9. Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.

10.10. Enviar, no prazo máximo de duas horas, a contar da solicitação (telefônica ou por e-mail), cotação eletrônica à Seção de Diárias e Passagens - SEDIP, onde constem todas as tarifas disponíveis para o trecho e na data pretendidos.

10.11. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, no prazo máximo de quatro horas, a contar da solicitação, que conterá o valor das tarifas escolhidas preferencialmente segundo os critérios de menor preço/voos diretos.

10.12. Descumprido o prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE.

10.13. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque.

10.14. Reservar assentos em aeronaves de companhias aéreas que disponibilizarem esse serviço, sempre que possível na forma requerida, bem como orientar o TRE-RO quanto ao melhor roteiro, horário, frequência de voos e tarifas promocionais.

10.15. Fornecer, quando solicitado pelo TRE-RO, documento expedido pela companhia aérea que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, relacionando o nome do usuário, o número do voo, o local, a data e a hora do embarque.

10.16. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE.

10.17. Os bilhetes de passagens que não forem utilizados em decorrência de mudança de plano ou cancelamento das viagens autorizadas pelos gestores deste CONTRATO, emitidos, e pagos, serão reembolsados pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do e-mail de solicitação.

10.18. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE.

10.18.1. Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar.



10.18.2. Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor do TRE-RO, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

10.18.3. Quando a alteração se der para atender a necessidade do passageiro, este deverá arcar com os custos, não devendo ser emitida cobrança ao CONTRATANTE.

10.19. Assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o TRE-RO.

10.20. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

10.21. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRE-RO, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

10.22. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste Edital.

10.23. Observar as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE.

10.24. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

10.25. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

10.26. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

10.27. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

10.28. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, do TRE-RO.



10.29. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

10.30. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.

10.31. Manter atualizados seu endereço, telefones, e-mails e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

10.32. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo TRE-RO para este fim.

10.33. Enviar na data de assinatura do contrato relação atualizada de empresas aéreas afiliadas e nome dos seus contatos com as quais mantenham ajuste, informando, imediatamente, as inclusões, alterações e as exclusões que ocorrerem durante a vigência do contrato.

10.34. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

10.35. Disponibilizar 10 (dez) perfis de acesso ao sistema de cotação e reserva *online* utilizado, de forma a auxiliar as unidades da CONTRATANTE na seleção de voos e no gerenciamento das solicitações, bem como na fiscalização e execução do contrato.

10.36. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato.

10.37. Utilizar, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do CONTRATADO.

11.2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.

11.2.1. Serão recusados os serviços prestados em desacordo com este Termo de Referência, com o Edital do certame, com o contrato, com a proposta da contratada e/ou com os termos da requisição, sujeitando a contratada às sanções previstas.



11.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Contrato, bem como será efetuado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almojarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.4. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



12. SANÇÕES

12.1. Se a licitante vencedora descumprir as condições do PREGÃO ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

12.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

12.2.1. Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos deste edital;

12.2.2. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

12.2.3. Apresentar documentação falsa;

12.2.4. Não mantiver a proposta;

12.2.5. Comportar-se de modo inidôneo;

12.2.6. Fizer declaração falsa; e

12.2.7. Cometer fraude fiscal.

12.3. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa nas seguintes condições:

12.3.1. 10% (dez por cento) a cada hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 11.10 e 11.11, calculada sobre o valor médio da cotação solicitada, ou sobre o valor total do bilhete não entregue, até no máximo de 60% (sessenta por cento); e

12.3.2. 100% (cem por cento) calculada sobre o valor total dos bilhetes solicitados e não entregues.

12.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

12.4.1. Advertência;

12.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;



12.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

12.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E GESTOR DO CONTRATO

13.1. Secretaria de Gestão de Pessoas.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Coordenadoria Técnica e de Pagamento.

Em 19 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **RUBEM PINTO DE MELO, Coordenador(a)**, em 20/12/2019, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0489942** e o código CRC **9D309218**.